

## PARECER/2023/84

### I. Pedido

1. O Instituto dos Registos e do Notariado, I.P. (IRN) veio solicitar à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) a emissão de parecer sobre um protocolo que visa regular o acesso por parte do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP (IMT, IP) à informação constante da certidão permanente do registo comercial.
2. A CNPD emite parecer no âmbito das suas atribuições e competências, enquanto autoridade administrativa independente com poderes de autoridade para o controlo dos tratamentos de dados pessoais, conferidos pela alínea c) do n.º 1 do artigo 57.º, a alínea b) do n.º 3 do artigo 58.º e n.º 4 do artigo 36.º, todos do Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (doravante RGPD), em conjugação com o disposto no artigo 3.º, no n.º 2 do artigo 4.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º, todos da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que executa na ordem jurídica interna o RGPD.
3. O pedido é efetuado ao abrigo dos n.ºs 2 e 3 do artigo 78.º-F e do n.º 2 e n.º 4 do artigo 78.º-G do Decreto-Lei n.º 403/86, de 3 de dezembro, alterado em último pela Lei n.º 9/2022 de 11 de janeiro, diploma que regula o registo comercial.
4. São partes no protocolo o IRN, IP, o IMT, IP, e o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P. (IGFEJ, IP).
5. Nos termos da Cláusula 1ª do protocolo, o IMT, IP, acede à informação constante da certidão permanente do registo comercial, para a finalidade exclusiva de prossecução das competências que lhe estão legalmente cometidas, em matéria de autorização, licenciamento e fiscalização do exercício das atividades de transporte terrestre e complementares, ou aquando da certificação profissional, ou reconhecimento ou licenciamento das entidades formadores e examinadoras (cfr. alíneas g) e h) do n.º 3, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31.10).
6. O acesso à informação constante da certidão permanente do registo comercial é feito pela indicação do NIPC da entidade comercial. São ainda feitos registos (*logs*) dos acessos realizados, os quais são conservados pelo prazo de dois anos para fins de auditoria (cf. Cláusula 2.ª).
7. Nos termos da Cláusula 3ª do protocolo, o IMT, IP, deve observar as disposições legais constantes do Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 e Lei n.º 58/2019,

de 08 de agosto, designadamente quanto a respeitar a finalidade para que foi autorizada a consulta, não utilizando a informação para outros fins; a não transmitir a informação a terceiros; a tomar as medidas de segurança necessárias para garantir a integridade e bom funcionamento da base de dados. É ainda proibida qualquer forma de interconexão de dados pessoais.

8. Prevê-se ainda que caso o IMT, IP, recorra a subcontratante para dar execução ao protocolo, fique vinculado, designadamente, a garantir a segurança do tratamento, a assegurar que as pessoas envolvidas assumem compromisso de confidencialidade e a dar conhecimento ao IRN de todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas no RGPD, incluindo facilitar e contribuir para as auditorias ou inspeções conduzidas pelo IRN ou por outro auditor por este mandatado.

9. O acesso à informação do Registo Comercial disponibilizada na certidão permanente processa-se por circuito dedicado entre os dois organismos ou circuito IP/MPLS a interligar com a infraestrutura do ministério da Justiça, com uso de combinação nome/palavra-chave associados a cada utilizador. É obrigatório a implementação de túneis IPSEC, para garantir a confidencialidade dos dados.

10. Ainda nos termos do protocolo, o IMT, IP obriga-se a manter atualizada uma lista de utilizadores, de onde conste a indicação do nome, categoria/função, número de cartão de cidadão e endereço de correio eletrónico profissional, tendo em vista a atribuição de nomes de utilizador e respetivas palavras-chave de ligação ao sistema. Na qualidade de entidade autorizada a aceder à base de dados do registo de veículos, é do IMT, IP, a exclusiva responsabilidade pelo acesso à informação e pela posterior utilização da mesma (cf. Cláusula 5.<sup>a</sup>).

## **II. Apreciação**

11. Nos termos das alíneas g) e h) do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 236/2012, versão atual, compete ao IMT, IP «Regular as atividades de transporte terrestre e complementares, designadamente autorizando, licenciando e fiscalizando as entidades do setor no exercício dessas atividades, incluindo a coordenação do processo de licenciamento e gestão de plataformas e outras instalações logísticas, nos termos da legislação aplicável; Certificar profissionais dos transportes terrestres e promover a habilitação dos condutores, reconhecer, licenciar e supervisionar as entidades formadoras e examinadoras sujeitas à sua supervisão, definir as políticas de formação e garantir e fiscalizar a sua aplicação».

12. Para o exercício das suas funções o IMT, IP, necessita de aceder aos dados do registo comercial das entidades do setor sujeitas a licenciamento, fiscalização e à sua supervisão.

13. Nessa medida, considera-se haver fundamento de legitimidade para este tratamento de dados, sob a forma de acesso, ao abrigo do artigo 6.º alínea e) do Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

14. Nos termos do n.º 2 do artigo n.º 78.º F do Código do Registo Comercial, os dados pessoais do registo comercial podem ser comunicados, para prossecução das respetivas atribuições, aos organismos e serviços do Estado e demais pessoas coletivas de direito público.

15. Ainda de acordo com o n.º 3 do mesmo artigo e nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 78.º G do referido diploma, a essas entidades é possível autorizar a consulta em linha de transmissão de dados, desde que observadas garantias de segurança e condicionada à celebração de protocolo que defina os limites e condições do acesso, o que ora se concretiza.

16. Constatase, no entanto, que no texto do protocolo não constam os dados a que o IMT, IP pode aceder. Ora, tal acesso deve ser restrito e tem de estar parametrizado por forma a que o IMT, IP aceda apenas aos dados constantes do artigo 78.º D do Código do Registo Comercial, não sendo de admitir o acesso direto nos termos do artigo 78.º H o qual é reservado às entidades nele referidas. Recomenda-se, pois, a consagração expressa no texto de que o IMT, IP apenas poderá aceder aos dados constantes do artigo 78.º D deste diploma legal.

17. No que diz respeito às medidas de segurança previstas para a transmissão de dados, bem como a obrigação prevista no n.º 3 da Cláusula 5.ª, afiguram-se de um modo geral apropriadas.

18. Quanto à participação do IGFEJ como parte neste protocolo, considera a CNPD ser esta plenamente justificada, atendendo às suas atribuições, previstas no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 164/2012, de 31 de julho.

### III. Conclusão

19. Considera a CNPD haver legitimidade para o acesso pelo IMT, IP, aos dados pessoais do registo comercial, nos limites e condições preconizados pelo presente protocolo, pelo que entende não haver qualquer impedimento à sua celebração. Recomenda, no entanto, a consagração no texto de que o IMT, IP, apenas poderá aceder aos dados constantes do artigo 78.º D do Decreto-Lei n.º 403/86, de 3 de dezembro.

Aprovado na reunião de 5 de setembro de 2023

A Presidente,

Paula Meira Lourenço

Assinado por: **PAULA CRISTINA MEIRA LOURENÇO**

Data: 2023.09.05 17:07:02+01'00'

Certificado por: **Diário da República Eletrónico**

Atributos certificados: **Presidente - Comissão Nacional de Proteção de Dados**

